

AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO BRASIL

Leonardo Carvalho de Souza*
Vera Lúcia Neves**

JUSTIFICATIVA

Um assunto polêmico e revisitado no Brasil tem sido a redução da maioridade penal, apontado por alguns como proposta ou meio para a solução ou redução do problema da criminalidade juvenil. O que levou vários projetos de lei (PL) para a câmara dos deputados federais, que tem por intento reduzir a maioridade penal que é de dezoito anos, isso tem repercutido na mídia e manifestado discussões fora e dentro do espaço acadêmico. Mas tais propostas são divergentes ao que a Constituição Federal e outros documentos como O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) propõem para o tratamento dos menores infratores. Pretendemos com essa pesquisa analisar os projetos de lei e os argumentos favoráveis e contrários a essa mudança, visto que é necessário respeitarmos a complexidade que permeia essa temática, e pensarmos essas propostas sem burlar o contexto histórico e a realidade brasileira.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar quais são as mudanças propostas pelos projetos de lei (PL), apresentados na câmara dos deputados federais voltados para a redução da maioridade penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pesquisar a legislação que se refere as crianças e adolescentes.

Fazer um resgate histórico do atendimento ao adolescente autor de ato infracional no Brasil.

Realizar um levantamento da legislação referente à criança e o adolescente no Brasil.

Pesquisar as propostas apresentadas pelos deputados federais para mudanças quanto à redução da maioridade penal.

*Graduando do 3º período de Serviço Social da Faculdade União de Campo Mourão – ÚNICAMPO.

**Mestranda em Serviço Social e Política Social.

Apresentar os argumentos dos autores que se posicionam contra e a favor da mudança.

Refletir como o assistente social pode intervir nos discursos sobre a redução da maioria penal.

METODOLOGIA

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa bibliográfica, portanto far-se à uso do estudo e categorização dos conteúdos dos documentos estudados que são relativos a legislação para os menores dentre outras obras que tratam da temática que é a redução da maioria penal ou outras que se relacionam com o tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Redução da Idade Penal: Socioeducação não se faz com prisão**. Brasília, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 17 nov. 2015.

CURY, M. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 9. ed. São Paulo, 2008.

CRONOGRAMA

Atividade	Período							
	Mar	Abr	Mai	Jun	Ago	Set	Out	Nov
Revisão Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	
Entrega do projeto definitivo	X	X	X					
Coleta de dados				X	X			
Análise dos dados						X	X	